

SIMULADO AMOSTRA

POLÍCIA PENAL DE GOIÁS

Policial Penal



**POLÍCIA
PENAL**

PROVA OBJETIVA**Língua Portuguesa****Texto I (Questões 01 a 04)****Redes sociais, perigos e distorção da realidade**

Os jovens de hoje são filhos de uma sociedade do consumo – não só de bens materiais, mas também de informação. Este mundo tecnológico em que vivemos promove constantemente mudanças no jeito humano de se relacionar, e as redes sociais são fruto desse movimento. As pessoas nascidas neste milênio, em especial, são muito íntimas dos espaços virtuais de interação, os quais, para a maioria das pessoas, representam uma ponte com o “mundo real”.

As redes sociais, no entanto, potencializam os equívocos na compreensão do que é a vida. “Por terem facilidade em manusear os dispositivos e lidar com suas funcionalidades, os adolescentes, e até mesmo as crianças, passam a acreditar que o mundo das telas é o mundo legal e seguro, enquanto que o que está fora das telas é chato”, diz a especialista em Psicologia do Centro de Inovação Pedagógica, Pesquisa e Desenvolvimento (CIPP) do Grupo Positivo, Maísa Pannuti.

Nesse sentido, para esses jovens, as redes sociais tornaram-se de fato uma nova realidade, caracterizada por uma sociedade de perfis. Conforme explica a psicóloga escolar, a hiperexposição é um dos retratos dessa distorção de percepções à qual os jovens estão submetidos: tudo o que é valorizado socialmente é exposto e aquilo que não é valorizado socialmente é escondido. Há, inclusive, uma falta de diferenciação entre o que é público e o que é privado.

“Desse modo, surgem perfis que não correspondem à realidade. Afinal, a natureza das relações sociais é bastante diversa da natureza das relações que se estabelecem no mundo digital”. Nesse processo, todas as respostas virtuais – os likes, os compartilhamentos, os seguidores, etc. – acabam se tornando não apenas reais, mas cruciais. “Surge a ilusão de que o olhar do outro é o que garante a minha sobrevivência”, complementa.

<https://g1.globo.com>

01. Na primeira frase do texto, o conectivo “mas também” relaciona ideias introduzindo um valor semântico de:

- A oposição.
- B explicação.

- C retificação.
- D adição.
- E consequência.

02. Considere o emprego dos pronomes demonstrativos em “e as redes sociais são fruto desse movimento” (1º§) e “As pessoas nascidas neste milênio” (1º§). Assinale o comentário correto acerca de seus papéis coesivos.

- A Ambos cumprem papel anafórico, embora um seja de 1ª pessoa e o outro de 2ª.
- B O primeiro faz uma referência espacial e o segundo, temporal.
- C Ambos cumprem papel catafórico e referem-se à mesma pessoa do discurso.
- D O primeiro faz uma referência anafórica e o segundo, catafórica.
- E O primeiro cumpre papel anafórico e o segundo faz referência temporal.

03. O emprego do acento grave em “dessa distorção de percepções à qual os jovens estão submetidos” (3º§) justifica-se:

- A pelo gênero feminino do pronome relativo “qual”.
- B por fazer parte de uma expressão adverbial feminina.
- C pela exigência de regência do verbo “estão”.
- D pela presença anterior do substantivo “percepções”.
- E em função da regência do vocábulo “submetidos”.

04. Em “surgem perfis que não correspondem à realidade” (4º§), o verbo destacado, deve ser classificado, quanto à predicação como:

- A intransitivo.
- B transitivo direto.
- C transitivo indireto.
- D transitivo direto e indireto.
- E de ligação.

05. De acordo com o novo guia ortográfico, assinale a alternativa incorreta.

- A Palavras terminadas em “oo”, “eem” não levam acento. Ex. enjojo, creem.
- B Não há acento nos ditongos “ei”, “oi”. Ex: ideia, heroico.
- C As oxítonas levam acento: Ex: chapéus, heróis.
- D Usa-se o trema. Ex: tranqüilo, agüentar.
- E Não há acento em “para”, do verbo parar.

Texto II (Questões 06 a 09)

O processo criativo

“A capacidade criadora do ser humano depende não apenas de condições inatas do indivíduo, como também de sua inteligência, suas experiências e conhecimentos anteriores acumulados, sem esquecer o ambiente sociocultural em que vive.

Para que ele possa produzir criativamente, é indispensável o auxílio de dados existentes em sua memória, dados estes que servirão de alimento à imaginação criadora. Esta os reconstrói, recompõe e reorganiza pela crítica e pela análise, fazendo sínteses que se manifestam nas “invenções”, ou “criações”.

O espírito humano tem capacidade de reviver imagens armazenadas, associá-las e combiná-las para chegar a determinados objetivos, como no caso da produção publicitária inventiva.

A invenção resulta também de mecanismos de associação. O espírito humano não cria elementos do nada, mas vale-se de experiências anteriores e, a partir delas, inova-as”.

MARTINS, J. S.

06. Assinale a alternativa correta. O texto acima é caracterizado como sendo:

- A Somente descritivo.
- B Narrativo e descritivo.
- C Somente narrativo.
- D Predominantemente dissertativo.
- E Predominantemente narrativo.

07. De acordo com a leitura, assinale a alternativa correta.

- A A genética é fator primordial e determinante para o desenvolvimento da criação.
- B As lembranças armazenadas pelo indivíduo fazem parte das condições inatas do indivíduo e constituem o processo criativo.
- C Os livros que leu, por exemplo, os amigos, as viagens, dentre outros, são importantes constituintes da capacidade criadora do indivíduo.
- D A criação deve ser única, genuína e inédita.
- E O processo criativo surge sempre sem que haja uma finalidade específica.

08. No trecho “Para que ele possa produzir criativamente, é indispensável o auxílio de dados existentes em sua memória, dados estes que servirão de alimento à imaginação criadora. Esta os reconstrói, recompõe e reorganiza...”. Assinale a

alternativa correta para a função das palavras sublinhadas, respectivamente.

- A Estes, refere-se a dados; e esta, refere-se à reconstrução.
- B Estes, refere-se a auxílios existentes; e esta, refere-se à memória.
- C Estes, refere-se à produção; e esta, refere-se à reconstrução.
- D Estes, refere-se a dados; e esta, refere-se à imaginação criadora.
- E Estes, refere-se a dados; e esta refere-se à memória.

09. Na oração “O espírito humano não cria elementos do nada”:

- I. Há um sujeito composto: “espírito humano”.
- II. Não há uma ação, verbo: “não cria”.
- III. O sujeito da oração é simples: “humano”.
- IV. O objeto da oração é direto: “elementos”.
- V. Há um núcleo e um adjunto adnominal: “espírito humano”.

Assinale a alternativa correta.

- A Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- B Apenas as afirmativas II, IV e V estão corretas.
- C Apenas as afirmativas IV e V estão corretas.
- D Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- E Apenas as afirmativas I e V estão corretas.

10. Em relação aos atributos da Redação Oficial, assinale a alternativa incorreta.

- A Clareza.
- B Coerção.
- C Coerência.
- D Precisão.
- E Impessoalidade.

**Realidade Étnica, Social, Histórica,
Geográfica, Cultural, Política e
Econômica do Estado de Goiás**

11. Leia o texto a seguir: “É inquestionável que o ouvidor Teotônio Segurado defendia o desmembramento da Comarca do Norte da Comarca do Sul da província de Goiás, e que a sua viagem para Lisboa contribuiu para enfraquecer o projeto autonomista, abrindo espaço para as dissidências. Muito embora, além de Segurado, houvesse outros indivíduos nos arraiais do norte que também repudiavam a situação de abandono

político administrativo dessa região e almejavam a autonomia.” (VIEIRA, Martha) A adesão ao movimento mencionado no texto buscava superar qual característica socioeconômica de Goiás?

- A A concentração de riquezas no Norte.
- B A desigualdade entre Norte e Sul.
- C A modernização da região Sul.
- D O atraso da monocultura.
- E A colonização dos índios e negros.

12. Em 1822, o processo de independência do Brasil diante de Portugal se concretizava e afetou todas as províncias do território. Assinale a alternativa correta quanto à situação política da província de Goiás logo após a proclamação da independência.

- A A situação era extremamente conturbada antes de 1822 e se acentuou com a independência, pois, com a nova conjuntura nacional, os diversos grupos das elites viam espaço para conquistar o poder.
- B Não houve grandes lutas pelo poder na província, pois esta era controlada pela família Caiado, que detinha o controle das minas de ouro da região.
- C A situação era estável e de certa forma tranquila, sem maiores disputas pelo poder na província, que tinha, como líder único, Pedro Ludovico Teixeira.
- D O poder político no estado era dominado pela oligarquia da família dos Bulhões, que controlava também o setor econômico, especificamente a produção açucareira.
- E Houve uma grande disputa pelo controle político na província, principalmente entre as oligarquias representadas pelas famílias Caiado e Bulhões, que controlavam a produção de café na região, principal produto da economia goiana.

13. Dentre as diversas fontes econômicas do estado de Goiás, o turismo tem sido uma das mais pujantes nos últimos anos. A esse respeito, assinale a alternativa que corresponde à cidade e sua região que possuem como grande atrativo turístico suas águas termais.

- A Região de Porangatu.
- B Região de Caldas Novas.
- C Região de Anápolis.
- D Região de Goianésia.
- E Região de Rio Verde.

14. A partir da década de 1940, é nítido um grande fluxo migratório para a região central do estado de Goiás. A esse respeito, assinale a alternativa

correta quanto à explicação para esse fluxo migratório.

A Um dos pontos que explica a grande migração de pessoas para a região central do estado de Goiás a partir de 1940 é a descoberta de minas de ouro nessa região, que foi um importante produto da economia goiana até a década de 1980.

B O principal fator para esse grande fluxo migratório refere-se às inúmeras indústrias automobilísticas que foram criadas na região de Anápolis na década de 1930.

C Em um primeiro momento, a criação da nova capital Goiânia e, posteriormente, a fundação da nova capital brasileira, Brasília (ainda que em outra região), foram fatores que causaram um grande fluxo de pessoas para toda a região central do estado de Goiás.

D Esse fluxo migratório está relacionado ao desenvolvimento acentuado da pecuária nessa região.

E O grande fluxo migratório para essa região do estado de Goiás explica-se em grande parte pela criação da nova capital brasileira, Brasília, na década de 1940 e, posteriormente, da nova capital goiana, Goiânia, em 1950.

15. No que se refere ao relevo e à hidrografia de Goiás, assinale a alternativa incorreta.

A É característica do relevo goiano a presença de chapadas, depressões e planaltos.

B As maiores altitudes estão na parte leste e nordeste do estado, sendo a Chapada dos Veadeiros um exemplo disso.

C Algumas das principais bacias hidrográficas do País têm relação com rios que correm em Goiás, como a bacia do Tocantins-Araguaia e a bacia do Paraná, já que o rio Paranaíba corre também em território goiano.

D Goiás possui usinas hidrelétricas que abastecem boa parte do Centro-Oeste, como, por exemplo, a de Belo Monte e a de Cachoeira Dourada.

E O relevo do estado de Goiás insere-se no chamado Planalto Central Brasileiro.

Raciocínio Lógico

16. Uma pesquisa com os servidores da secretaria de fazenda revelou que 36% dos homens e 48% das mulheres convivem com animais de estimação, enquanto 10% dos homens e 6% das mulheres não convivem. Nesse caso, ao se selecionar aleatoriamente um desses servidores, a probabilidade de que a pessoa selecionada seja mulher e conviva com animais de estimação é igual a

- A 5/8.
- B 3/4.
- C 3/7.
- D 4/7.
- E 3/8.

17. Na etapa final de uma competição internacional de atletismo, 10 atletas estão disputando o pódio, entre os quais 4 são brasileiros. Supondo que todos os atletas estejam no mesmo nível de preparação, o número de resultados possíveis para as 3 primeiras colocações, de modo que pelo menos um brasileiro fique no pódio, é:

- A 720.
- B 600.
- C 480.
- D 444.
- E 120.

18. Se Maria não é professora, Pedro é dançarino. Se Maria é professora, Luzia não é coordenadora. Sabendo que Luzia é coordenadora, então é possível concluir que:

- A Maria não é professora e Pedro não é dançarino.
- B Maria é professora.
- C Pedro é dançarino.
- D Ou Maria não é professora ou Luzia é coordenadora.
- E Pedro não é dançarino.

19. Em certo ano, o dia 1º de agosto cai em um domingo. Logo, o dia 1º de novembro cairá em

- A um sábado.
- B um domingo.
- C uma segunda-feira.
- D uma quarta-feira.
- E uma sexta-feira.

20. Analise a sequência abaixo:

3, 5, 9, 17,....

Pode-se afirmar corretamente que, seguindo essa lógica, o sexto termo dessa sequência será:

- A 21.
- B 33.
- C 49.
- D 65.
- E 129.

Ética no Serviço Público

21. A violação de conduta ética de um Secretário de Estado será comunicada:

- A ao titular do órgão de lotação e de origem
- B ao órgão de origem
- C ao Governador
- D à Superintendência de Gestão Integrada
- E à Diretoria de Gestão Interna

22. A Câmara de Compliance do Conselho de Governo elaborará, no prazo de _____ dias, o regimento interno, com o estabelecimento dos procedimentos de apuração dos atos violadores deste Código (Decreto nº 9.837/2021). Qual alternativa completa adequadamente a lacuna acima?

- A 30
- B 45
- C 60
- D 90
- E 120

23. São comportamentos esperados dos servidores, salvo:

- A buscar e receber vantagens pessoais
- B cumprir a lei
- C buscar capacitação continuamente
- D tratar a todos da mesma forma
- E prestar bom atendimento e serviço

24. É _____ às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às suas subsidiárias pertencentes ao Estado de Goiás a adoção das normas previstas nesse código (Decreto nº 9.837/2021), nos termos da legislação aplicável. Qual alternativa completa a lacuna anterior?

- A obrigatória
- B mandatária
- C compulsória
- D facultada
- E imprescindível

25. Consideram-se integrantes da Alta Administração as seguintes autoridades da administração pública estadual, exceto:

- A ocupantes de cargo de provimento em comissão com vinculação direta ao Governador.

- B presidentes e seus equivalentes hierárquicos, no âmbito da administração autárquica e fundacional.
- C Secretários de Estado e seus equivalentes hierárquicos, no âmbito da administração direta.
- D ocupantes de cargo de provimento em comissão com vinculação direta ao Vice-Governador.
- E Diretores de empresas privadas.

Noções de Informática

26. No gerenciador de arquivos do Windows, qual dos seguintes comandos permite ao usuário visualizar os detalhes de um arquivo ou pasta, incluindo nome, tamanho, tipo e data de modificação?

- A Clicar duas vezes sobre o arquivo ou pasta.
- B Selecionar o arquivo ou pasta e pressionar a tecla Enter.
- C Clicar com o botão direito do mouse sobre o arquivo ou pasta e selecionar “Propriedades”.
- D Selecionar o arquivo ou pasta e pressionar a tecla F2.
- E Selecionar o arquivo ou pasta e clicar na aba “Detalhes” na barra de ferramentas superior.

27. A técnica de armazenamento de dados na nuvem pode usar estruturas de nuvem públicas e privadas. O serviço de nuvem oferecido pela empresa Microsoft é o

- A Dropbox.
- B Drive.
- C OneDrive.
- D AWS.
- E Bing.

28. Assinale a alternativa correta para a função principal de um firewall em uma rede de computadores.

- A Criar cópias de segurança
- B Somente proteger contra vírus e malwares
- C Aumentar a velocidade da conexão
- D Principalmente controlar o acesso à rede
- E Prevenção de fraudes

29. Assinale, das alternativas abaixo, a única que identifica corretamente uma das características técnicas básicas da Intranet:

- A é restrita a um local físico
- B não utiliza os mesmos protocolos da Internet
- C utiliza qualquer endereço de IP (Internet Protocol)

- D não permite o compartilhamento de arquivos
- E não usa o recurso de redes de área local LAN (Local Area Network)

30. Assinale a alternativa incorreta a respeito do Sistema Eletrônico de Informações (SEI):

A O Sistema Eletrônico de Informações - SEI é um sistema gestão de informações, processos administrativos e documentos eletrônicos que possibilita a produção, edição, assinatura, trâmite (andamento), armazenamento de documentos na forma eletrônicos, disponível para usuários internos e externos no âmbito do Poder Executivo do Estado de Goiás.

B A autuação do processo no âmbito do Poder Executivo, dar-se-á, exclusivamente, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

C O acesso ao sistema será por meio de login e senha utilizados para acessar o Portal de Sistemas Corporativo Intragoiás.

D Poderá ser permitida a visualização de processos e assinatura de documentos internos a pessoas sem vínculo laboral com o Estado de Goiás.

E A utilização do SEI será permitida apenas aos usuários internos.

Direito Administrativo

31. Assinale a alternativa incorreta, nos termos da Lei nº 8.429/1992 (Improbidade Administrativa).

A As disposições da Lei não são aplicáveis àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade

B Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal

C Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias

D A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente

E Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro

beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente

32. João, servidor público estadual lotado em unidade administrativa localizada no Município de Atrasópolis, pediu a sua transferência para outra unidade, situada no Município onde reside. O seu pleito foi indeferido pela autoridade competente, sob o fundamento de que a sua movimentação não interessa ao serviço público. Nesse caso, foi predominante o princípio:

- A Da motivação.
- B Da razoabilidade.
- C Da moralidade.
- D Da supremacia do interesse público.
- E Da autotutela.

33. O poder da Administração Pública reconhecido como discricionário é aquele que gera prerrogativa de

- A ver-se livre de reapreciação de sua decisão, pelo Poder Judiciário.
- B optar pela melhor solução que atenda ao interesse público no caso concreto.
- C escolher entre dois dispositivos legais, visando atender ao solicitado pelo administrado.
- D permitir à Administração exceder à lei em caso de interesse público.
- E dispensar o respeito a todos os princípios administrativos não relacionados ao caso concreto.

34. No que se refere ao Poder de Polícia, assinale a opção correta.

- A Um dos atributos do poder de polícia é a autoexecutoriedade, que estabelece que a administração pública é capaz de executar suas próprias decisões desde que recorra previamente ao Poder Judiciário.
- B O poder de polícia é exemplo de atividade jurídica do Estado fundamentado no poder de império da Administração que condiciona direitos, em regra, de forma preventiva.
- C Embora o poder de polícia vise restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade, ele não pode servir de fundamento para a instituição de tributos.
- D A exigibilidade estará presente em todos os atos decorrentes do Poder de Polícia bem como a autoexecutoriedade.
- E Dado que o poder de polícia é titularizado por pessoas jurídicas de direito público, resta inviável sua delegação a sociedade de economia mista.

35. Os bens públicos possuem classificações diferentes. Assinale a alternativa correspondente ao tipo de bem público que não estão destinados a finalidades comuns ou especiais e seu uso é privado ou não discriminado. Esses bens representam o patrimônio disponível do Estado não destinados, por este motivo o próprio Estado é proprietário desses bens.

- A Bens intangíveis.
- B Bens fechados.
- C Bens dominicais.
- D Bens incomuns.
- E Bens de natureza industrial.

36. A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) é crucial para promover a transparência. Em relação ao acesso à informação, assinale a alternativa correta:

- A qualquer cidadão pode solicitar informações, independentemente da justificativa;
- B o acesso à informação está restrito apenas a servidores públicos;
- C as informações podem ser negadas sem justificativa, visando proteger a privacidade;
- D o prazo para resposta a solicitações de informação é ilimitado;
- E a divulgação de informações só é obrigatória se solicitada por órgãos superiores.

Direito Constitucional

37. Segundo o disposto na Constituição da República, para que sejam equivalentes às emendas constitucionais, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos devem ser aprovados

- A pela maioria absoluta dos membros do Conselho Nacional de Justiça, em único turno.
- B por dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal, em dois turnos.
- C por dois terços dos membros do Senado Federal, em dois turnos.
- D pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados, em único turno.
- E em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

38. Assinale a opção correta, com base nos princípios fundamentais estabelecidos pela CF.

A Autonomia dos estados-membros para se declararem independentes da federação brasileira promove a secessão como direito constitucional.

B O princípio da intervenção máxima do Estado na economia visa garantir o controle estatal sobre todas as atividades econômicas, sem exceções.

C A prioridade absoluta ao desenvolvimento tecnológico sobre os direitos sociais estabelece a inovação como fundamento principal do Estado.

D A prevalência dos direitos humanos como diretriz nas relações internacionais do Brasil reflete o compromisso do país com a dignidade da pessoa humana além de suas fronteiras.

E Universalidade do acesso à Internet como direito fundamental inalienável garante a conexão à rede como um direito básico de todos os cidadãos.

39. No que diz respeito às atribuições das polícias na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os seguintes itens.

I. Cabe às polícias civis a apuração de todas as infrações penais, salvo as infrações militares.

II. É juridicamente válida a criação, por lei estadual, de órgão de polícia científica que não necessariamente componha a estrutura da Polícia Civil.

III. As polícias de investigação criminal também exercem atividade administrativa não voltada à elucidação de infrações penais.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

40. Acerca dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais assegurados pela Constituição Federal, é correto afirmar que:

- A É assegurada a participação nos lucros, ou resultados, vinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- B O repouso semanal remunerado deve ocorrer necessariamente aos domingos.
- C Assegura-se o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um quarto a mais do que o salário normal.
- D É proibida a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos, exceto nos casos previstos em lei.

E Existe previsão quanto à proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.

41. Acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA.

A É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

B Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei

C É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.

D É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

E São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

42. Os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira, nos termos da Constituição Federal, são considerados como:

- A brasileiros naturalizados.
- B estrangeiros naturalizados.
- C brasileiros natos.
- D apátridas.
- E brasileiros divergentes.

Direito Penal

43. O conceito de imputabilidade abrange um conjunto de requisitos que conferem ao indivíduo a capacidade para que lhe possa ser atribuída responsabilidade por comportamento legalmente definido como infração penal. Nos termos da legislação vigente, pode-se afirmar corretamente que não exclui a imputabilidade

- A o desenvolvimento mental incompleto ou retardado.
- B a embriaguez completa proveniente de caso fortuito.
- C a menoridade.
- D a emoção ou a paixão.
- E a doença mental.

44. José é detentor legalmente autorizado de uma arma de fogo e contou à sua companheira, Maria, que guardaria tal armamento na despensa. Sem a

ciência de José, Maria pegou a referida arma e a entregou para seu amante, Pedro, a fim de que este matasse Abel, irmão de José, que havia ameaçado divulgar nas redes sociais o relacionamento amoroso entre Pedro e Maria. Pedro matou Abel. De acordo com tal hipótese, nos termos do vigente Código Penal, é correto afirmar que

- A José e Maria são autores colaterais do crime cometido por Pedro.
- B José e Maria são autores imediatos do crime de homicídio.
- C José não cometeu crime e Maria é partícipe do crime cometido por Pedro.
- D Maria é autora imediata do crime de homicídio.
- E Maria e José não cometeram crime.

45. Sônia cometeu crime de furto em julho de 2023. Em agosto do mesmo ano, uma nova lei penal foi promulgada, aumentando a pena para esse delito. A partir da situação hipotética precedente, assinale a opção correta conforme o princípio da irretroatividade da lei penal.

- A A nova lei penal não se aplica a Sônia, pois o citado princípio impede a retroatividade da legislação penal mais gravosa.
- B Aplica-se a Sônia a nova lei penal, mais gravosa.
- C A nova lei penal pode ser aplicada retroativamente a Sônia, desde que ela não tenha sido julgada até a data de promulgação da lei.
- D Sônia só poderia ser submetida à pena estabelecida na nova lei se houvesse cometido crime grave.
- E O citado princípio só se aplica a casos já sentenciados, não influenciando processos em andamento, exceto quando a nova lei for mais benéfica ao réu.

46. De acordo com o que prevê o Código Penal (CP) acerca dos crimes contra a pessoa, caracteriza, obrigatoriamente, uma qualificadora do crime de homicídio o seu cometimento

- A contra vítima menor de 14 anos, apenas quando praticado na modalidade culposa.
- B por motivo de vingança.
- C contra a mulher, apenas no caso de menosprezo ou discriminação em razão do seu gênero.
- D com emprego de arma de fogo de uso restrito.
- E contra primo de policial civil, em razão da função exercida.

47. Sobre o instituto da exclusão de ilicitude, é INCORRETO afirmar que:

- A O excesso doloso ou culposos nos casos de exclusão de ilicitude não é punível.
- B É causa de exclusão de ilicitude a legítima defesa.
- C O excesso doloso nos casos de exclusão de ilicitude é punível.
- D O excesso culposos nos casos de exclusão de ilicitude é punível.
- E É causa de exclusão de ilicitude o exercício regular de direito.

48. O agente de polícia Júlio, ao tomar conhecimento da prática de um furto qualificado, solicitou dinheiro a um suspeito, com a promessa de não incluir o nome deste no relatório oficial. Nessa situação hipotética, Júlio cometeu o crime de

- A concussão.
- B corrupção passiva.
- C peculato.
- D prevaricação.
- E emprego irregular de verbas ou rendas públicas.

49. A prisão temporária, segundo o Código de Processo Penal Brasileiro, será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de

- A 05 dias.
- B 10 dias.
- C 15 dias.
- D 20 dias.
- E 30 dias.

Direito Processual Penal

50. O inquérito policial, no Direito Processual Penal brasileiro, é um procedimento regido pelas seguintes características, EXCETO:

- A Publicidade.
- B Dispensabilidade.
- C Indisponibilidade.
- D Oficialidade.
- E Oficiosidade.

51. O prazo para conclusão do inquérito policial, quando o indivíduo tiver sido preso em flagrante pela prática de furto simples, mas lhe for concedida a liberdade provisória na audiência de custódia, é de

- A 5 dias improrrogáveis.

- B 30 dias prorrogáveis por um único período de igual duração.
- C 10 dias improrrogáveis.
- D 30 dias improrrogáveis.
- E 30 dias prorrogáveis por prazos sucessivos, desde que o fato seja de difícil elucidação.

52. Nos delitos de ação penal pública condicionada

- A a denúncia será promovida pelo Ministério Público ou mediante queixa do ofendido.
- B o ofendido poderá se retratar da representação, desde que o faça a qualquer tempo antes da sentença.
- C a denúncia poderá ser oferecida pelo Ministério Público sem a instauração do inquérito policial, se a representação trouxer elementos suficientes à ação penal.
- D o direito de representação poderá ser exercido pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, desde que haja declaração escrita do ofendido.
- E o direito de representação será extinto em caso de morte do ofendido.

53. Durante uma ação penal, o Ministério Público do Estado do Espírito Santo, por entender haver dúvida razoável sobre a sanidade mental do acusado, requereu que seja submetido a exame médico-legal. O procedimento a ser instaurado é denominado de:

- A incidente de insanidade mental do acusado;
- B incidente de falsidade;
- C inquérito policial preparatório;
- D investigação criminal preliminar;
- E procedimento de heteroidentificação.

54. Poderá optar por prestar depoimento por escrito

- A o presidente do Supremo Tribunal Federal.
- B presidente de assembleia legislativa.
- C o presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- D ministro de Estado.
- E governador de estado da Federação.

55. A respeito dos prazos no processo penal ordinário, é correto afirmar que

- A tais prazos são contados, em regra, apenas em dias úteis.
- B o prazo do Ministério Público para recorrer conta-se apenas a partir do termo de vista dos autos.
- C tais prazos começam a ser contados computando-se o dia da intimação.

- D tais prazos não correrão se for reconhecido o impedimento do juiz.
- E o dia do vencimento, se cair em dia útil, não é incluído no prazo.

56. Estritamente de acordo com o CPP, o habeas corpus poderá ser impetrado por qualquer pessoa,

- A em benefício próprio ou de terceiro, bem como pelo Ministério Público.
- B mas apenas em benefício próprio, não podendo haver impetração por leigo em benefício de terceiro.
- C inclusive por Juiz de Direito, em caso de ilegalidade praticada por si próprio nos autos em que exerce jurisdição.
- D contudo, não sendo bacharel de Direito o impetrante, deve ser nomeado defensor dativo para o paciente.
- E exceto no curso de ação penal, sede em que se exige impetrante com ius postulandi específico.

Direitos Humanos

57. As chamadas Regras de Mandela são preceitos mínimos da Organização das Nações Unidas (ONU) para

- A o combate ao racismo e a toda forma de discriminação.
- B o tratamento de presos.
- C a proteção à infância, à juventude e à maternidade.
- D o tratamento de pessoas exiladas e refugiadas.
- E a proteção à liberdade religiosa.

58. Considerando a teoria geral dos direitos humanos, assinale a opção correta.

- A Consoante a teoria da margem de apreciação, nenhuma norma de direitos humanos pode ser invocada para limitar o exercício de qualquer direito.
- B A característica da indivisibilidade dos direitos humanos decorre da constatação de que a condição de pessoa é o único requisito para a sua titularidade de direitos e das necessidades humanas universais.
- C A superioridade das normas de direitos humanos caracteriza-se pela aferição de idoneidade, necessidade e equilíbrio da intervenção do Estado em determinado direito fundamental.
- D O princípio da proibição do retrocesso social é uma cláusula de defesa do cidadão em face de possíveis arbítrios impostos pelo legislador no sentido de desconstituir as normas de direitos fundamentais.
- E Com a inclusão dos direitos sociais no rol dos direitos do homem, antes composto apenas de direitos

de liberdade, os direitos do homem passaram a constituir uma categoria homogênea.

59. A Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 busca garantir a todos, dentre outros, o direito de:

- A nacionalidade.
- B discriminação.
- C escravidão.
- D tortura.
- E exílio.

60. Com relação à propriedade, a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 expressamente prevê que:

- A o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) será instituído pela União.
- B não será instituído imposto sobre a propriedade territorial rural.
- C a propriedade atenderá a sua função social.
- D ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.
- E a pequena propriedade rural, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

61. A respeito da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, assinale a opção correta.

- A No sistema da CADH, os direitos essenciais das pessoas dependem da nacionalidade delas.
- B Os Estados signatários da CADH têm não somente o dever de obedecer às disposições da convenção como o de aprovar medidas internas, legislativas e de outras espécies, conforme necessário, a fim de gerar plena observância dela.
- C A CADH não veda nem estabelece restrições à aplicação da pena de morte, desde que esta esteja definida na legislação dos países e desde que estes garantam o devido processo legal aos acusados.
- D O direito ao duplo grau de jurisdição, que é aplicado em todos os processos criminais no Brasil, decorre da CADH.
- E A CADH protege, sem limitações, o direito de reunião pacífica e sem armas.

62. A Constituição Federal em seu Art. 5º admite, excepcionalmente, a prisão civil do devedor de pensão alimentícia e do depositário infiel. Já a Convenção Americana de Direitos Humanos

admite, em caráter excepcional, a prisão civil do inadimplente de obrigação alimentar. Diante dessa controvérsia, o STF fixou jurisprudência afirmando que:

- A é lícita a prisão civil do inadimplente da pensão alimentícia e do depositário infiel;
- B é lícita a prisão civil do inadimplente da pensão alimentícia, mas não do depositário infiel;
- C é lícita a prisão civil do depositário infiel, mas não do inadimplente da pensão alimentícia;
- D é ilícita a prisão civil do depositário infiel e do inadimplente da pensão alimentícia;
- E ambos os casos de prisão civil devem ser analisados de forma individual e criteriosa, devendo haver fundamentação exauriente da decisão condenatória.

Legislação Específica

63. Conforme a Lei Estadual nº 12.786/1995, a prática de falta disciplinar sujeitará o sentenciado às seguintes sanções, EXCETO:

- A advertência verbal
- B repreensão por escrito
- C suspensão ou restrição de regalias
- D isolamento na própria cela
- E multa

64. João, que não ostenta qualquer problema de saúde e se encontra preso há um ano, em cumprimento definitivo de pena pela prática do crime de furto qualificado pelo concurso de pessoas, entrou em contato com o seu advogado e este lhe informou que o órgão público competente, nos termos da Lei de Execução Penal, foi instado a emitir parecer sobre um potencial indulto que poderia beneficiar o apenado. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), a emissão de parecer sobre indulto, excetuado o pedido com base no estado de saúde do preso, é uma incumbência do:

- A Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;
- B Departamento Penitenciário;
- C Conselho da Comunidade;
- D Conselho Penitenciário;
- E Patronato.

65. João, primário, foi condenado, em sentença transitada em julgado, após a observância do contraditório e da ampla defesa, como conseqüências

do devido processo legal, pela prática, em abril de 2023, de crime hediondo, sem resultado morte, com o cumprimento de pena iniciando-se em regime fechado. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, João, observados os demais requisitos legais, poderá progredir para regime menos rigoroso quando tiver cumprido ao menos:

- A 30% da pena;
- B 40% da pena;
- C 50% da pena;
- D 60% da pena;
- E 70% da pena.

66. Na execução penal, o ato praticado além dos limites fixados na sentença, em normas legais ou regulamentares, caracteriza

- A exacerbação do ius puniendi em confronto com o princípio da proporcionalidade.
- B aplicação da imputação objetiva.
- C cerceamento de defesa.
- D violação do contraditório.
- E excesso ou desvio de execução.

67. Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta. Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime _____ nela determinada, _____ do trânsito em julgado da sentença condenatória.

- A semiaberto / depois
- B menos severo / depois
- C per saltum / depois
- D per saltum / antes
- E menos severo / antes

68. No caso de mulher gestante condenada a pena privativa de liberdade, o requisito temporal para a progressão do regime consiste no cumprimento de, no mínimo,

- A um terço da pena no regime anterior.
- B um quarto da pena no regime anterior.
- C um oitavo da pena no regime anterior.
- D metade da pena no regime anterior.
- E um sexto da pena no regime anterior.

69. Sobre a possibilidade de aplicação de prisão domiciliar à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência que possua condenação definitiva, é correto afirmar que:

- A é cabível, desde que não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça à pessoa;
- B não é cabível, por expressa falta de previsão legal;
- C é cabível, excepcionalmente, por interpretação do Art. 117 da LEP, aos apenados em regime semiaberto e fechado;
- D não é cabível, pois a substituição se limita à fase da prisão preventiva;
- E é cabível, desde que não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.

70. Quatro indivíduos, presos condenados a pena privativa de liberdade, participaram de movimento para subverter a disciplina do estabelecimento prisional. Nessa situação hipotética,

- A para evitar tratamento desigual entre os presos, será permitida sanção coletiva.
- B não havendo dano ao patrimônio público, admitir-se-á a sanção de advertência ou repreensão.
- C os quatro indivíduos poderão ser incluídos no regime disciplinar diferenciado por ato motivado do diretor do presídio.
- D será vedado o isolamento dos presos na cela, por essa medida constituir violação da dignidade da pessoa humana.
- E a sanção poderá consistir em suspensão ou restrição de direitos, como a de recebimento de correspondência e(ou) de visitas.

71. Nos termos da Lei de Execução Penal, ao conselho penitenciário incumbe

- A entrevistar presos.
- B apreciar pedido de indulto feito com base no estado de saúde do preso.
- C apresentar relatórios mensais ao juiz da execução.
- D visitar mensalmente os estabelecimentos penais.
- E inspecionar os estabelecimentos penais.

72. De acordo com a Lei Estadual nº 12.786/1995, comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:

- A descumprir os horários do estabelecimento
- B transitar por locais a que não tenha livre acesso
- C fugir
- D praticar fato previsto como crime culposo ou contravenção penal
- E simular doença para se eximir de dever legal ou regimental

Legislação Penal Extravagante

73. Um empresário afirma em entrevista realizada para um telejornal que não se relaciona com pessoas de etnia diversa da sua e não permite que, no prédio em que mora, onde atua como síndico, que pessoas negras frequentem as áreas comuns e os elevadores sociais. À luz das normas constitucionais, é correto afirmar que a conduta criminosa do empresário é:

- A afiançável.
- B prescritível.
- C sujeito a pena de reclusão.
- D sujeito a pena de detenção.
- E sujeito apenas a pena de multa.

74. De acordo com a Lei nº 9.455/1997 e suas alterações, a pena para o crime de tortura é aumentada de um sexto até um terço:

- A se do crime resultar lesão corporal grave ou gravíssima.
- B se o crime é cometido por agente público.
- C se do crime resultar morte.
- D se o crime é cometido contra mulher.
- E se o crime é praticado por menor.

75. Acerca dos crimes hediondos, analise as disposições a seguir.

I. Somente os crimes consumados definidos em lei são considerados hediondos, descabendo ao magistrado estender o rol legal.

II. Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça, indulto, suspensão condicional da pena e livramento condicional.

III. Em caso de condenação, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade.

Está correto o que se afirma em

- A I e II, apenas.
- B I e III, apenas.
- C II e III, apenas.
- D III, apenas.
- E I, II e III.

76. A Lei nº 10.826/2003 dispõe sobre o registro, a posse e a comercialização de armas de fogo e munição. Segundo a referida Lei, a qual órgão compete cadastrar as autorizações de porte de

arma de fogo e as renovações expedidas pela Polícia Federal?

- A Exército Brasileiro.
- B Sistema Nacional de Armas (SINARM).
- C Força Nacional de Segurança Pública (FNSP).
- D Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).
- E Instituto Nacional das Armas (INA).

77. Considerando a Lei nº 11.340/2006, assinale a alternativa correta sobre as formas de violência contra a mulher.

- A A violência física é entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força.
- B A violência física é entendida como qualquer conduta que lhe cause diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações.
- C A violência sexual é entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.
- D A violência patrimonial diz respeito a depredações a seus bens móveis ou imóveis.
- E A violência moral é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

78. A respeito do Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas (Sisnad), instituído pela Lei nº 11.343/2006, assinale a alternativa correta:

- A São consideradas drogas qualquer substância ou produto capaz de causar dependência, independentemente de sua especificação em lei ou em lista editada pelo Poder Executivo da União.
- B O Sisnad atuará em subordinação ao SUS e aos Suas.
- C Um dos objetivos do Sisnad é promover a retirada de circulação e reclusão de agentes propagadores do comércio de drogas, de usuários e defensores da legalização do uso.
- D A formulação da Política Nacional sobre Drogas é de competência de cada Município.
- E A coordenação do Sisnad é de competência da União.

79. Assinale a opção correta, com relação à colaboração premiada prevista na lei que define organização criminosa, os meios de obtenção de prova e a investigação criminal.

A O acordo de colaboração premiada celebrado pela autoridade policial restringe o direito de punir do Estado.

B A atribuição do delegado de polícia para firmar o acordo se estende até a sentença final do processo correlato.

C O magistrado não poderá participar das negociações firmadas entre as partes para a formalização do acordo.

D Não se admite a celebração do acordo posteriormente à sentença condenatória.

E O acordo constitui meio de prova, submetendo-se aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

80. Considerando o disposto na Lei n.º 13.869/2019, assinale a opção correta no que se refere a abuso de autoridade.

A Não faz coisa julgada em âmbito cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade.

B Em razão de sua imunidade parlamentar, os membros do Poder Legislativo não podem ser sujeitos ativos de crimes de abuso de autoridade, salvo se investidos em funções das respectivas mesas diretoras.

C Agente público sem vínculo estatutário com a administração pública não se sujeita ao regime da referida lei.

D Não se admite o ajuizamento de ação penal privada nos casos de crimes de abuso de autoridade.

E A condenação pode estabelecer a perda do cargo público como um de seus efeitos, desde que haja reincidência em crime de abuso de autoridade e o efeito seja motivado na sentença.

PROVA DISCURSIVA

- A **Prova Discursiva** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de **0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se HABILITADO** o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a **5 (cinco) pontos**;
- A **Prova Discursiva** será composta de **01 (uma) questão relacionada à Execução Penal (Lei nº 7.210/1984 e suas alterações)**. Para o desenvolvimento da Prova Discursiva, o candidato deverá redigir **no mínimo 15 (quinze) e no máximo 30 (trinta) linhas**;
- A Prova Discursiva deverá ser manuscrita, em letra LEGÍVEL, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas.

Leia, com atenção, o texto a seguir:

O Ministério Público, tomando conhecimento da prática de falta grave no curso de execução penal, pugna pela interrupção da contagem do prazo para efeitos de concessão do benefício do livramento condicional, fundamentando seu pleito em interpretação sistemática do Art. 83, do CP, e dos artigos 112 e 118, I, ambos da Lei n. 7.210/84.

Levando em conta apenas os dados contidos no enunciado, com base nos princípios do processo penal e no entendimento mais recente dos Tribunais Superiores, responda à seguinte questão:

I. O Ministério Público está com a razão?

Rascunho

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Texto Definitivo

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Gabarito Rascunho

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80

Gabarito

Simulado Amostra – Polícia Penal de Goiás

NÍVEL SUPERIOR

Policial Penal																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	E	E	A	D	D	C	D	C	B	B	A	B	C	D	D	B	C	C	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	E	A	D	E	C	C	D	A	E	A	D	B	B	C	A	E	D	D	E
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
C	A	D	C	A	D	A	B	A	A	E	C	A	A	D	A	B	D	A	D
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
B	B	E	D	B	E	E	C	C	E	E	C	C	B	D	B	E	E	C	E